



Número: **0807563-88.2018.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **17/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Processo referência: **0811004-14.2017.8.15.0001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GERCIANO GOMES DA SILVA (AUTOR)		PATRICIO CANDIDO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30079 882	23/04/2020 16:24	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0807563-88.2018.8.15.0001

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: GERCIANO GOMES DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## **SENTENÇA**

**COBRANÇA DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE –  
CONSTATAÇÃO – INDENIZAÇÃO EQUIVALENTE AO  
GRAU DE DEBILIDADE AVERIGUADO - PROCEDÊNCIA  
PARCIAL.**

### **RELATÓRIO**

**GERCIANO GOMES DA SILVA**, qualificado nos autos, por intermédio de advogados legalmente constituídos, ingressou em Juízo com a presente Ação de Cobrança do Seguro DPVAT em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, qualificada nos autos, alegando o autor, em síntese, que, no dia 29 de janeiro de 2017, foi vítima de acidente automobilístico quando conduzia a motocicleta HONDA NXR 150 BROS ES - COR VERMELHA - ANO 2011 - PLACAS NPY 1594 PB, na Rodovia Estadual PB 095, imediações do Sítio Doze, zona Rural, do Município de Massaranduba/PB. Que devido ao sinistro o autor sofreu vários traumas pelo corpo, em especial, fraturas nos ossos da face.

Sustenta o autor que realizou requerimento administrativo junto à Seguradora Líder – DPVAT, tendo sido negado, ao argumento de que não houve lesão a indenizar, razão pela qual busca a esfera judicial.

Ao final, requer a procedência da ação com a condenação da promovida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), fundada no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) além dos demais requerimentos de estilo.

Contestação apresentada no ID 21558106, alegando,



preliminarmente, a falta de interesse processual em razão de pendência documental na seara administrativa. No mérito, alega a ausência de laudo do IML quantificando a lesão sendo ônus da prova do autor, e a aplicabilidade da súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, requer, a total improcedência dos pedidos autorais, além dos demais requerimentos de praxe.

A parte autora impugnou a contestação apresentada no ID 22094895.

Intimadas as partes para especificarem as outras provas que, ainda, desejam produzir, ambas as partes requereram a produção de prova pericial, consoante IDs 22227958 e 22579010.

Nomeou-se perito constante na decisão saneadora sob o ID 22934254, tendo este apresentado avaliação médica, consoante dos autos se vê no ID 26783970.

Instadas as partes a se manifestarem, o fez a parte promovida sob o ID 27529733, do mesmo modo o promovente no ID 26915827.

Vieram os autos conclusos para sentença.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

A preliminar arguida já foi apreciada e rejeitada, quando da decisão saneadora.

O feito versa sobre o pagamento de seguro obrigatório DPVAT, o qual se caracteriza por ser um contrato legal, de cunho eminentemente social, com regras definidas em normas próprias, regidas pelas Leis nºs 6.194/74 e 8.441/92.

A obrigação da seguradora promovida decorre da lei, cuidando-se de responsabilidade objetiva, sendo necessária, apenas: a demonstração do acidente e o dano dele decorrente, consoante o art. 5º da Lei n.º 6.194/74.

Impede frisar que, a imprescindibilidade da realização do laudo pericial pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74 é para recebimento do seguro DPVAT na esfera administrativa. Na esfera judicial a investigação técnica deve ser estabelecida nos moldes do art. 464 e seguintes do vigente CPC.

Ante o exposto, trago à colação, julgado do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre a questão:



AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - VALOR PAGO A MENOR - QUITAÇÃO - IRRELEVÂNCIA - LAUDO DO IML - NÃO-OBRIGATORIEDADE - INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL - REGULAMENTAÇÃO DA MATÉRIA PELO CNSP OU SUSEP - AUSÊNCIA DE PROVA. - O recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo a obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação; - **A necessidade de laudo do IML é adstrita ao procedimento administrativo, pois, para fins processuais, vários são os meios de prova colocados à disposição das partes;** (Grifo nosso). (TJMG – Número do Processo: 1.0512.08.058099-0/001(1) – Rel.: MOTA E SILVA. Data do Julgamento: 09/02/2010. Data da Publicação: 12/03/2010).

Não há dúvidas acerca do acidente e sobre o dano dele decorrente, revelando-se, por outro lado, o necessário nexos de causalidade entre ambos.

O inciso II, do art. 3º, da Lei n.º 6.194/74, dispõe que:  
“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total e parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente”.

A promovida questiona, em sede de contestação, a não comprovação pela parte autora do grau de invalidez alegada.

Quanto aos fatos, tem-se que, o autor no dia 29 de janeiro de 2017, foi vítima de acidente automobilístico quando conduzia a motocicleta HONDA NXR 150 BROS ES - COR VERMELHA - ANO 2011 - PLACAS NPY 1594 PB, na Rodovia Estadual PB 095, imediações do Sítio Doze, zona Rural, do Município de Massaranduba/PB. Que devido ao sinistro o autor sofreu vários traumas pelo corpo, em especial, fraturas nos ossos da face.

Nos autos constam o boletim de ocorrência (ID 14209100), ficha de acolhimento e ficha de atendimento ambulatorial em Hospital



de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes (ID 14209069 págs. 1 - 2), restando suficientemente demonstrada a ocorrência do sinistro *sub judice*.

A pedido das partes foi realizada prova pericial no autor, conforme Avaliação Médica Pericial juntada, na qual se constatou as lesões, conforme ID 26783970.

Ficou demonstrado nos autos que o autor, em decorrência do acidente de trânsito sofrido, encontra-se acometido de invalidez permanente parcial incompleta na ordem de 10% residual nas estruturas crânio faciais, conforme conclusão da perícia médica realizada, já mencionada.

O cálculo para o pagamento do seguro obrigatório é feito com a fórmula: valor limite x (%) da cobertura (de acordo com a Tabela DPVAT) x (%) avaliada da lesão.

A Lei nº 6.194/74 prevê em sua Tabela para os casos de Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais na ordem de 100%. Assim, considerando-se que as lesões foram no percentual de 10% residual, temos o seguinte cálculo:

Lesão	Porcentagem (Conforme a Lei)	Porcentagem (Conforme o Laudo)	Valor Devido (Teto do Seguro DPVAT R\$ 13.500,00)
Estruturas Crânio-Faciais	100%	10%	R\$ 1.350,00
			<b>TOTAL: R\$ 1.350,00</b>

Assim sendo, tem-se que o autor faz jus a indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais).

### **DISPOSITIVO**

Diante do exposto, considerando-se tudo mais que dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, **julgo parcialmente procedente o pedido autoral** e faço com fulcro no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/1974, alterada pela Lei nº 11.482/2007 para condenar a promovida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A a pagar, ao autor a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete e cinquenta centavos), com correção monetária a contar da data do acidente e juros de mora de 1% ao mês, estes devidos a partir da citação, nos termos do art. 405 do Código Civil e da Súmula 426 do STJ<sup>[1]</sup>.

Condeno, também, a promovida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o



valor da condenação.

Oficie-se ou encaminhe-se e-mail ao Banco do Brasil S/A (**EM RAZÃO DA PANDEMIA DO CONVID-19 e SUSPENSÃO DOS ATOS PROCESSUAIS NÃO URGENTES**), requisitando a imediata transferência do valor dos honorários periciais depositados judicialmente – R\$ 200,00 (duzentos reais – ID 23973623), acrescido das correções monetárias havidas, para a conta bancária de titularidade da médica perita, cujos dados estão arquivados no Cartório Judicial. Instrua-se o ofício/e-mail com a cópia desta sentença e do ID supracitado.

**P. R. I.**

Em caso de interposição de recurso de apelação, intime-se o(a) apelado(a) para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Vindas estas e havendo questão suscitada, nos termos do art. 1.009, §1º do CPC/2015, intime-se o recorrente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem a apresentação das contrarrazões ou não havendo questão suscitada, nos termos do art. 1.009, §1º do CPC/2015, encaminhem-se os autos ao TJPB, nos termos do art. 1.010, § 3º, do CPC/2015, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo.

Com o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos com baixas e anotações pertinentes.

Em havendo o trânsito em julgado da presente decisão, intime-se a parte autora/exequente, por seu advogado, para requerer o cumprimento de sentença, nos termos do art. 523 do CPC/2015, no prazo de 30 dias. Em ato contínuo, calcule-se o valor das custas processuais e intime-se a ré, também por seu advogado, para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 30 dias, sob pena de inscrição na dívida ativa.

*Campina Grande/PB. Data e assinatura pelo sistema.*

---

[1] STJ – Súmula 426: Os juros de nora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

